



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638239 - SC (2021/0000395-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SILVANO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVANO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5000006-44.2021.8.24.0000/SC).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, por suposto cometimento do crime descrito no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do CPB.

Sustenta o impetrante que a decisão que decretou a prisão preventiva seria ilegal, visto que ausentes os requisitos do art. 312 do CPP. Aduz a inexistência de indícios suficientes de autoria. Afirma, ademais, que o paciente seria portador de bons antecedentes e teria residência fixa, família constituída e ocupação lícita. Argumenta, finalmente, que a gravidade abstrata do delito e a necessidade de garantia da ordem pública não servem para fundamentar a prisão preventiva.

A petição do presente *writ* não contém o pedido, mas da inicial do HC impetrado perante o TJSC (fl. 33) colhe-se que foi requerida "a concessão da liminar para que seja de pronto convertida a prisão preventiva em alternativas da prisão e que, em decisão final, seja definitivamente concedida a liberdade, considerando a ilegalidade da prisão, enquanto aguarda o trânsito em julgado de decisão judicial".

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça, especialmente neste caso, em que não se visualiza a presença de flagrante ilegalidade, pois da decisão monocrática do desembargador relator extrai-se:

Vê-se, portanto, que não há falar em ilegalidade. O Juízo impetrado elencou com clareza as provas presentes nos autos que demonstram a materialidade do crime, assim como apontou indícios suficientes de autoria, a indicar a participação do paciente na ação delitiva.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente